

A FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

PHILOSOPHY IN EDUCATION OF CHILDREN OF TRAINING CHILDREN

Aparecida Borges de OLIVEIRA¹

RESUMO

O presente artigo realizou estudo de pesquisa bibliográfica sobre a Filosofia, relacionando-a com a formação de crianças na educação infantil, por acreditar que é neste período escolar que se desenvolve os conceitos de família, sociedade, moral, ética, valores e cidadania. Utilizou-se os pressupostos epistemológicos do construtivismo de Jean Piaget e contribuição de pensadores como Vázquez, Eric From, Freitag, Arranha e entre outros, na intenção de promover um diálogo crítico e reflexivo sobre a importância de uma educação formadora de sujeitos questionadores e conscientes para exercerem seu papel de cidadão na sociedade.

PALAVRAS CHAVE: Filosofia, Ética, Educação Infantil e Educador.

ABSTRACT

This article conducted a study of bibliographical research on philosophy, relating it to the development of children in early childhood education, believing that is this school period that develops the concepts of family, society, morals, ethics, values and citizenship. We used the epistemological assumptions of constructivism Jean Piaget and contribution of thinkers like Vázquez, Eric From, Freitag, Arranha and among others, the intention of promoting a critical and reflective dialogue on the importance of forming education questioners and conscious subjects to exercise their citizen's role in society.

KEYWORDS : Philosophy, Ethics, Early Childhood Education and Educator

INTRODUÇÃO

Ao relacionar a Filosofia à educação, em especial educação infantil, considera-se ser este um momento oportuno para uma orientação voltada à construção dos conceitos de moral, ética, valores e cidadania.

Neste período a criança inicia sua formação intelectual e amplia suas relações sociais, que outrora resumia ao contato familiar e às pessoas mais próximas. Agora inserida num contexto educacional, a criança se percebe em volta de outras crianças, pertencentes a outros núcleos familiares e a uma gama de princípios e conceitos de

¹ Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Faculdade Alfredo Nasser. Especialização em Neuropedagogia pela FABEC. Especialização em Inclusão com ênfase em AEE. Professora da Rede Municipal de Goiânia e Goianira. Email: cida-line@hotmail.com. *Revista Científica FacMais, Volume V, Número 1. Ano 2016/1º Semestre. ISSN 2238-8427. Artigo recebido em 27 de fevereiro de 2016 e aprovado em 04 de maio de 2016.*

mundo que vão interferir na construção do seu pensamento e no seu desenvolvimento.

De acordo com Aranha (2006) a filosofia presta um papel de suma importância na sociedade, uma vez que ela se insere e faz parte de todo processo questionador e reflexivo.

A sociedade vem-se transformando de modo acelerado em várias instâncias tecnológicas, econômicas e sociais. O que resulta dessas transformações são as várias maneiras de lidar com essas mudanças que alteram toda a forma de elaborar o conhecimento.

De acordo com Arruda (2006) é neste contexto de globalização, de avanços científicos e tecnológicos que a família contemporânea sofre múltiplas influências. A participação da mulher no mercado de trabalho e uma nova concepção de infância são transformações que as famílias têm passado, nas últimas décadas onde a escola também tem sofrido com essas transformações passando a ter uma participação maior na vida das crianças e das famílias.

Desta forma os primeiros anos de vida escolar têm grande importância na vida das crianças, pois é neste ambiente que elas passarão grande parte do seu dia.

Drouet (1990, p. 45) afirma que:

Ao examinarmos a evolução da educação pré-escolar através dos tempos verificamos que, embora as suas finalidades e objetivos fossem mudando com as novas solicitações de uma sociedade em transformação, ela sempre se mostrou necessária.

A formação pessoal e educacional ocorre num processo de construção e interação da criança com os objetos, com as pessoas e o mundo que a cerca, nesse sentido a educação infantil favorece não só o aprendizado sistematizado e escolarizado, mais também das relações sociais.

Diante de tais afirmações e da necessidade de conhecimento e esclarecimento a cerca da temática que relaciona Filosofia a Educação infantil este trabalho de pesquisa fundamentou-se na construção dos conceitos filosóficos e do conhecimento pautado nos princípios de construtivismo da epistemologia genética de Jean Piaget e na contribuição teórica e filosófica de alguns pensadores como: Vázquez, Eric From, Bárbara Freitag, Aranha, Rios e Oliveira.

Para melhor compreensão da temática abordada este artigo foi organizado por tópicos e subtópicos, iniciamos por esclarecer em que consiste a Filosofia e a importância dessa na construção dos conceitos de Valores, Moral, Ética e Liberdade; posteriormente relacionamos no segundo tópico a Filosofia, construtivismo e educação realizando um percurso que passa pela conscientização da relevância da Filosofia na educação infantil, e leva ao Construtivismo como teoria da construção do conhecimento e das questões filosóficas, já que este concebe o sujeito como parte ativa do seu processo de aprender e se desenvolver no mundo; inferimos sobre a interação entre Sociedade, educação, escola concebendo-as como parte integrante e integradora da vida humana e finalizamos com a discussão sobre O papel do professor na formação filosófica da criança e a função que este exerce na educação infantil que é de grande importância na formação da criança, quando este propõem realizar um trabalho mediador e condizente com a realidade latente do educando de ser construtor do conhecimento e viver em sociedade.

Em suma este trabalho foi estruturado para que o leitor possa melhor compreender o “universo” filosófico no qual a criança esta inserida, assim como o processo de construção dos valores, da moral e da ética na criança, num movimento de busca da liberdade de pensamento e de escolha considerando a importância da educação escolar nesta formação.

1 FILOSOFIA NA FORMAÇÃO HUMANA

1.1 A Filosofia

Ao abordar a Filosofia como um enfoque importante ao processo de formação humana, é preciso compreender algumas das teorias e concepções que englobam a mesma, como sendo uma aquisição fundamental ao educando.

Para Gramsci (apud ARANHA, 1994, p.5), é impossível considerar na humanidade a inexistência de não-intelectuais, afirmando que “(...) *não se pode separar o homo faber do homo sapiens*”, considerando que todo homem desenvolve uma capacidade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, pois participa de uma concepção de mundo e possui uma linha consciente de conduta moral que assim contribui para manter ou modificar uma concepção de mundo.

O trabalho intelectual que a filosofia utiliza tem a função de organizar o saber empírico, fragmentado e difuso, dando-lhe coerência lógica e criticidade diferente do filosofar espontâneo do homem, o chamado “filosofia de vida”, que embora a filosofia seja uma reflexão, o filosofar autêntico exige um trabalho intelectual maior e mais aprofundado.

Para Aranha (1994, p. 7):

A autêntica Filosofia que aqui tratamos é caracterizada pela sua condição rigorosa e radical. Rigorosa, pois é crítica e procede com métodos. Radical, porque aprofunda até as “raízes”, procurando os fundamentos do conhecimento e do agir.

A filosofia é rigorosa, pois só busca compreender dada realidade analisando o todo indo à raiz do problema, questionando cada acontecimento. Assim constitui a grande diferença entre a filosofia e as demais ciências, pois a última foca uma área específica para analisar, enquanto que a filosofia utiliza do saber global que possibilite uma reflexão crítica a respeito do saber e da prática humana.

Rios (2001) cita que a *Philosophia* é a união da palavra *Philia*, cujo significado é “amizade” com *Sophia* que significa “sabedoria” que se define como a procura amorosa pela sabedoria.

Segundo Rios (2001) na Grécia, os pré-socráticos definiram a filosofia como saber total, saber da totalidade. Neste contexto o filósofo se define então como amigo da sabedoria, que busca desejoso o saber.

Ao ter como característica a reflexão crítica, a filosofia muito se aproxima das ciências, porém a compreensão com que tem com o objeto de investigação é o que a distingue, pois esta busca o sentido da realidade total do homem enquanto ser cultural, histórico e natural.

Para Rios (2001) todo homem é um ser filósofo quando interage com o mundo, interrogando-o e buscando uma maneira específica de compreendê-lo para posteriormente transformá-lo.

Aranha (2006) afirma que pode se considerar que a Filosofia está presente no cotidiano das pessoas mesmo que elas não saibam. Quando se questiona certo comportamento ou se coloca em dúvida a maneira de viver ou pensar, está utilizando dos conhecimentos filosóficos, a reflexão, para se adequar ou modificar certa estrutura social convencionalizada, sendo que, esta por sua vez foi constituída historicamente

e para modificá-la seria necessário buscar em suas origens a consistência de sua existência, utilizando da ciência do filósofo, o filosofar.

Aranha (2006) cita que a filosofia ocidental surgiu na Grécia por volta dos séculos VII e VI a.C. anteriormente predominava o pensamento místico. Ao estimular o debate argumentativo e inventar novos conceitos e a buscar racionalmente o princípio de todas as coisas, se deu o período conhecido como, Período Clássico da filosofia Grega.

Os primeiros filósofos, Sócrates, Platão e Aristóteles foram denominados pré-socráticos. Os filósofos pré-socráticos ampliaram as discussões e se afastaram cada vez mais do pensamento mítico, aproximando de assuntos que, iniciaram uma discussão entorno da ética, política e estética.

Os filósofos Gregos ao abordar, a física, a biologia e a astronomia estabeleceram uma relação com a ciência que existiram durante a antiguidade e ampliou-se até a idade média.

Consta em Aranha (2006) que a separação da filosofia enquanto ciência aconteceu após a revolução científica no século XVII, quando se deu a especialização do saber, cada ciência passava então a se ocupar de seu objeto específico.

Como o processo de separação foi lento entre filosofia e ciência, a primeira encarregou-se de afirmar-se como área de conhecimento tão importante quanto às demais ciências mesmo conscientes que o processo filosófico faz parte de toda ciência viva, que busca novos olhares, novas verdades e uma nova realidade.

A Idade Moderna de acordo com Arruda (2006) iniciou no século XVII com o objetivo de se afirmar racionalista, inspirado pelos ideais de tolerância religiosa e de liberdade e impulsionando os novos métodos científicos que resultariam mais tarde na revolução científica e tecnológica.

No século XVIII, Kant (apud ARANHA, 2006) atribuiu à filosofia uma nova vertente se afastando bruscamente da condição primeira que a filosofia era empregada, segundo ele é impossível conhecer os princípios e fundamentos últimos de toda realidade, o que ampliou o campo de reflexão filosófica.

Desta forma o ato de filosofar ampliou-se a demais questões como, reflexão da lógica, filosofia política, ética, estética, filosofia da linguagem e inúmeras outras.

Aranha (2006) afirma que ao questionar e discutir a ação pedagógica e sua real importância como processo educacional, passa a existir a Filosofia da Educação, reafirmando que o conhecimento quando reflexivo e crítico está em constante

modificação. A filosofia por ser a origem de todas as ciências se modifica e cria novas filosofias.

Consta ainda em Aranha (2006) que foi na modernidade que se configurou o modelo político de Estado-Nação. Em oposição ao absolutismo real e com aparato legal as instituições sustentaram a participação à democracia representativa e os valores de cidadania.

Deste contexto, surge também a doutrina neoliberal e posteriormente o socialismo. Para implantação dessas correntes de pensamentos, inúmeros movimentos visavam à implantação de tais doutrinas, dentre essas destacaram as revoluções burguesas do século XVIII e, no começo do século XX, a Revolução Russa.

Aranha (2006) cita que após a queda do Muro de Berlim, muitos países socialistas aderiram à economia de mercado, fortalecendo o neoliberalismo e a implantação dos mecanismos do capital transnacionalizado.

Nesta perspectiva de mercado neoliberal, a sociedade se afastava cada vez mais dos sonhos de igualdade. E os países mais pobres que tem parte do seu capital financiada pelas grandes potências, acabam por aderirem as suas imposições e muitas vezes estas não acontecem pacificamente.

De acordo com From (1974), o homem sempre buscou ser o senhor da sua própria história, a dominar e a tirar proveito da natureza para conseguir as condições materiais necessárias a uma existência condigna e produtiva.

No entanto, em meio a tanta tecnologia e ao próprio domínio da natureza, o homem se perdeu na sua vital significância o “ser humano”, pois quando alcançado os objetivos pretendidos, o poder sobre a natureza e a si próprio, este passa a ignorar os princípios fundamentais da existência humana, quem é o homem, como este deve viver e como as energias que este tem em potencial poder ser usadas de maneira produtiva para todos na sociedade.

Desta forma, a crise que emerge na sociedade contemporânea diz respeito ao homem desprender-se das normas ditadas pela igreja e assegurarem-se às idéias iluministas, onde ele próprio se vê como auto-suficiente, autônomo e racional, criando aí as regras que constituem os valores que vigoram na sociedade.

São esses valores, surgidos nas idéias filosóficas em busca de compreensão do humano e tudo que o cerca que iremos abordar no próximo item a fim de esclarecer a importância desse conceito na formação humana.

1.2 Valores

Segundo Aranha (2006) desde que nascemos estamos envoltos de valores que foram constituídos culturalmente e vão sendo passados de geração a geração e estes constituem um sistema de significados, já que são estabelecidos pelos outros.

Daí que emergem as discussões entorno dos princípios e natureza de valores que a axiologia (teoria dos valores), tenta explicar, se estes valores são universais, relativos ou abstratos, tais reflexões se tornam pontos conflitantes entre si.

De acordo com Aranha (2006) os principais filósofos no século XIX discutiam essa temática “a transvalorização dos valores” e concluíram que estes, exatamente como existem e como são conhecidos, não existem desde sempre, mas foram constituídos ao longo da história e incorporados na sociedade através de hábitos e no caso da nossa civilização ocidental, impostos pela tradição cristã.

Para tanto, é preciso entender o que são os valores. Segundo o filósofo Garcia Morente apud (ARANHA, 2006, p. 172) os valores não são no sentido em que dizemos que as coisas são: “os valores não são, mas valem. Uma coisa é valor e outra coisa é ser”.

Assim, os valores impregnados nas coisas e ações são alheios ao objeto e ao próprio ato em si, mas dependem exclusivamente do sujeito para existir, pois todo e qualquer valor são herdados pelos antepassados, porém, necessita da ação humana coletiva para continuar a existir.

1.3 Moral

Para Aranha (2006) moral é o conjunto de regras e condutas adotadas por determinado grupo social com a finalidade de organização capaz de estabelecer valores do bem e mal. Desta forma cada comportamento tem aceitação diferente em grupos sociais também diferentes, pois o que se constitui aceitável em um grupo pode ser para outro intolerável.

De acordo com Freitag (2001) a questão da ensinabilidade da moral tem na filosofia três autores especialmente interessados pela questão: Jean-Jacques Rousseau, Émile Durkheim e Lawrence Kohlberg.

Para Jean-Jacques Rousseau (apud FREITAG, 2001) o homem é bom por natureza e possui uma consciência moral inata. Para este pensador, para que o homem seja capaz de discernir entre o certo e o errado, o bem e o mal, o justo e o injusto, ele precisa educar sua inteligência e aprimorá-la para que essa forneça critérios adequados de avaliação e julgamento.

Nesse sentido, viver significa agir, no qual define como o princípio pedagógico da primeira infância deixar as crianças agirem e que até os doze anos de idade a educação da criança deve ser dos sentidos.

Para Rousseau, na questão da ensinabilidade da moral, os sentidos e a razão educados garantem a moralidade, daí a educação moral ser uma educação para a razão.

Já do ponto de vista de Émile Durkheim (apud FREITAG, 2001) o homem é egoísta por natureza e a sociedade é essencialmente boa. Para Durkheim é no interior da sociedade e através de processos de socialização primária e secundária que a criança adquire uma segunda natureza que é a social.

A sociedade para ele é essencialmente boa, pois cristaliza em suas normas, regras, ordens e proibições o que é sagrado, definindo assim o conteúdo das virtudes, do bem e do mal, do justo e do injusto e do certo e do errado, que são passadas ao indivíduo de geração por geração, sendo inculcadas nos indivíduos mesmo que contra as suas vontades.

Para Durkheim a pessoa virtuosa é aquela que internalizou as normas vigentes da sociedade. Assim o que antes era de interesse individual é substituído pelo interesse coletivo.

A consciência moral de acordo com este filósofo, não tem substância própria, é formada pelas normas vigentes de uma dada sociedade, resultando em uma educação moral imposta de fora para dentro. E estabelece três aspectos da educação moral:

- “Espírito de disciplina”:

A disciplina favorece a criação do auto-controle da criança, facilitando o controle social das instâncias sociais e incentivando a regularidade do comportamento, permitindo assim às crianças reconhecerem a autoridade de pais e mestres, preparando-as para a ordem hierárquica social.

- “A adesão ao grupo”:

Emerge a solidariedade, facilitando a coesão social na sociedade, pois é no interior do grupo que surgem novas qualidades morais que superam o egoísmo e interesses pessoais.

- “A autonomia moral”:

Capacidade do indivíduo de aceitar os valores e normas vigentes no grupo como válidos e benéficos ao coletivo, ainda que isso cause limitações à liberdade individual. É a libertação do indivíduo de seu egoísmo e a aquisição de uma consciência altruísta que transcende o interesse e bem estar pessoal para a supremacia do interesse e bem estar do grupo.

Para Lawrence Kohlberg (apud FREITAG, 2001) os homens não são considerados nem bons e nem maus quando nascem, mas são aptos a aprenderem e capazes de construir de patamar em patamar, uma consciência moral que vai se aprimorando e adquirindo maior autonomia de estágios em estágio.

Da mesma forma a sociedade não tem um valor intrinsecamente bom ou mau, devendo ser compreendida como um glomerado de instituições que defendem valores plurais, na maioria das vezes conflitantes e antagônicos, que impõem aos sujeitos a necessidade de escolha e tomada de partido, da opção de um sistema de normas e valores em detrimento de outro.

De acordo com essa filosofia, a vida do sujeito em sociedade no convívio com diferentes grupos e instituições, o põe em permanente situações de dilema e conflitos morais, entre os quais ele precisa decidir utilizando critérios de avaliação e julgamento.

Para Freitag (2001) o conceito de moral vem sendo discutido no mundo filosófico de tal forma que estabeleça um princípio moral abrangente, baseado na razão e na justiça.; evitando a fixação de conteúdos morais específicos, privilegiando os aspectos formais da questão moral (equidade, reciprocidade, solidariedade); e uma tendência de conceber a moralidade não como uma faculdade inata, mas construída, resultante de processos de psicogênese, de ensino e de aprendizagem combinados.

A moralidade passa a ser concebida como uma dimensão social, reconhecendo que precisamos conhecer a fundo a natureza dos processos sociais e

psicológicos que envolvem a constituição da consciência moral do indivíduo e a validação social de normas e valores no interior de grupos e sociedades históricas;

Segundo Vázquez (2002), a teoria-moral e a prática moral não estão dissociadas entre si, mas estão articuladas e em constantes modificações onde o primeiro se modifica pelo segundo e as mudanças encontradas na teoria-moral influênciam na prática moral, passando a constituir aí um modo efetivo, real e articulado do comportamento humano.

De acordo com Aranha (2006, p.175) *“ser moral não significa receber passivamente as regras do grupo, mas aceitá-las ou recusá-las livre e conscientemente”*.

Porém, não basta a introjeção das regras que constituem os valores. O sujeito para ser de fato um ser moral, primeiramente, deve ser consciente da sua ação e ser capaz de analisar criticamente estas regras, o que para Aranha (2006) só seria possível através da interação e convívio humano.

Nesta interação e convívio num ambiente estimulador e flexivo que o sujeito poderá se conscientizar para a vida em grupo

1.4 Ética

Aranha (2006) afirma que a educação ética encontra dificuldades de existir no espaço escolar e na sociedade, pois ao assumir livremente certo comportamento moral estão incumbidos também possíveis conflitos, divergências e confronto de idéias.

Considerando que a sociedade é plural e se constitui de valores conflitantes e são os aspectos, sociais e pessoais que dificultam a existência desta educação ética.

Para Rios (2001) cada sociedade possui seu próprio jeito de ser, pensar e agir conferindo a ela um caráter social e ético.

Para Vázquez (2002) a ética é uma ciência ou teoria do comportamento em vigor do homem em sociedade e tem como missão explicar este comportamento, buscando sua essência e sua historicidade.

De acordo com Rios (2001, p. 23):

(...) a ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento do homem. Cabe a ela que se dá no interior da filosofia, procurar ver, claro, fundo e largo os valores, problematizá-los, buscar sua consistência.

Rios (2001) afirma que a ética procura o fundamento que norteia o comportamento.

O campo de atuação da ética se diferencia do da moral pela generalidade com que aborda os fatos e pela complexidade da reflexão feita acerca de certa problemática. Pois, *“a ética pode contribuir para fundamentar ou justificar certa forma de comportamento moral”* (VÁZQUEZ, 2002, p. 10).

No entanto, esta não é a função fundamental da ética enquanto teoria, mas ela tem a função que toda ciência tem, que é de explicar, esclarecer ou investigar certa realidade, elaborar e relacionar os conceitos correspondentes.

Mesmo que a ética sirva para justificar, aprovar ou reprovar certo comportamento, esta não atua em casos isolados ou comportamentos individualistas. Para fazer parte das indagações éticas, os problemas abordados devem dizer respeito à sociedade, ao coletivo, a comunidade, pois a ética enquanto teoria descarta toda e qualquer forma de comportamento egoísta que tenta se efetivar como moralmente aceito pelo grupo.

De acordo com Vázquez (2002) a ética é a teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana e como tal, não é indiferente a ação que exerce no cotidiano, pois tem como objetivo primeiro a investigação concreta dos fatos morais em vigor, buscando na totalidade, na diversidade, variedade e historicidade, sua essência e sua razão de existir.

Vázquez (2002) cita que como campo de estudo da ética, está à busca criteriosa de explicações dos comportamentos humanos, tidos como desejáveis e valiosos. Por ser uma teoria ou ciência, a ética tem campo específico de atuação e tem como objeto de investigação a moral.

Nesse sentido, a ética não cria a moral, pois ela investiga comportamentos já em vigor na sociedade. Assim, a moral que vigora entre os homens em certa comunidade é o objeto próprio de investigação da ética.

É necessário não confundir, ética e moral, uma vez que, uma é a ciência e a outra é o objeto de investigação desta ciência. Assim, embora o comportamento do homem seja o ponto de reflexão teórica da moral, esta não é ciência.

Para melhor compreender a diferença entre ambas, busca-se a etimologia das palavras, em que “moral” vem do Latim *mos* ou *mores* que quer dizer “costume” ou “costumes” e “ética” vem do Grego *ethos* que significa “modo de ser ou caráter”, mas Vázquez (2002) ressalta que o homem adquire comportamentos efetivos através de hábitos e, portanto a etimologia das palavras não explica atualmente a suas reais funções exercidas na sociedade.

O autor faz uma relação entre filosofia e ética buscando desde a antiguidade Grega explicações para tal relação. A ética desde sua origem esteve ligada a filosofia e por séculos inseparável dela, porém na sociedade moderna a ética se constitui como ciência própria e continua inseparável da filosofia, embora utilize de conhecimentos filosóficos em sua teoria, esta constitui se como ciência, tendo como seu próprio objeto de estudo, a moral.

Na antiguidade a concepção de ética difere-se da concepção atual, na qual era tida como normativa e tinha como função, formular, recomendar e ditar normas morais. Atualmente enquanto teoria pretende explicar a natureza, os fundamentos e condições da moral, relacionando-a com as necessidades sociais do homem.

Para Vázquez (2002) embora, a ética historicamente tenha feito parte da filosofia, não justifica uma ética puramente filosófica, pois enquanto ciência, esta tende a estudar o comportamento moral dos homens, levando em consideração conhecimentos históricos e sociais à sua existência. Desta forma se afirma como ciência e como tal é independente, mesmo que utilize de pressupostos básicos da filosofia, como a dialética da necessidade e da liberdade.

Afirma Vázquez (2002, p. 18) que:

A ética científica está diretamente relacionada com a filosofia, embora como já observamos, não com qualquer filosofia, e esta relação, longe de excluir o seu caráter científico, o pressupõe necessariamente quando se trata de uma filosofia que se apóia na própria ciência.

Assim, enquanto ciência a ética jamais poderá deixar de usar conhecimentos filosóficos para compreender verdadeiramente o comportamento dos homens que vigora na sociedade, haja vista que, é através da concepção que o ser tem da sua atuação, responsabilidade e liberdade, que é possível explicar a moral científica que emergem no contexto, por sua vez o caminho para a sua explicação se dá através de pressupostos filosóficos básicos, a dialética.

De acordo com Vázquez (2002) ao se ter como objeto de estudo o comportamento moral do homem em sociedade, a ética deve utilizar de conhecimentos das diferentes ciências para efetivar os conhecimentos advindos do comportamento do homem, haja vista que, este se manifesta em diversos planos, psicológico, social, jurídico, religioso ou estético, portanto deve ser analisado em dimensão total enquanto ser.

No entanto, por ser uma teoria ou ciência, a ética tem sua forma peculiar de existir, não devendo assegurar-se a uma única outra ciência para fundamentar-se.

Para Vázquez (2002) o mesmo acontece com a antropologia e a economia política - ao fornecer informações para a ética compreender o que leva o homem a modificar com o passar do tempo o seu comportamento, uma vez que, as relações econômicas políticas influencia no comportamento moral dos homens. E estes não devem ser compreendidos como única fonte de explicação do comportamento do indivíduo, mas juntamente com outras ciências contribuem para as explicações da ética sobre a moral em vigor.

A ética se configura na ciência capaz de observar a vida humana contando com os conhecimentos elaborados por si e por outras áreas de ciência, na busca de compreender como o homem constrói o conceito de moral em sociedade, em cada tempo ou lugar dependendo do contexto social para existir e se perpetuar.

1.5 Liberdade

Aranha (2006) apresenta a ideia de que precisamos aprender a ser livre, e afirma que o exercício da liberdade é o ponto central para compreender o ser moral.

Ao estabelecer a priorização de valores, a liberdade surge como condição de exercício dessa ação, dessa maneira educação e liberdade se tornam inseparáveis, pois a liberdade é exterior ao sujeito e deve ser conquistada, neste sentido também a educação é compreendida como ação libertadora, pois se assim não fosse, esta se tornaria adestramento ou doutrinação.

Partindo dessa ideia de liberdade como condição de exercício moral, torna-se necessário compreender o que é liberdade e como ela é exercida na sociedade.

Existem teorias que negam a existência total da liberdade, alegando que esta é pura ilusão. E existem outras teorias que reduzem ao simples fazer o que se deseja. Há os que defendem que a liberdade de cada um é limitada pelos demais, relação

muito conhecida nas sociedades capitalistas, já que a cooperação não costuma ser comum nas relações.

Diante dessas controvérsias, Aranha (2006) cita que duas posições contraditórias devem ser melhores esclarecidas, a liberdade condicional (ou livre arbítrio) e o determinismo absoluto.

Para os adeptos da liberdade condicional, o indivíduo teria liberdade absoluta podendo agir livremente tendo como única normatizadora seus próprios desejos e intenções. Nesta concepção, aceita pela tradição Cristã, a consciência é a única avaliadora da liberdade exercida por cada sujeito.

Já para os deterministas absolutos, o ser não poderá ser diferente do que é, para eles são impostos aos homens momentos e ações que nada mais servem que senão criar uma ilusória liberdade, pois o ser físico e biológico que vive em determinada cultura nada mais pode ser, se não ele mesmo.

Em contrapartida, surge no seio da discussão rígida dos pontos destacados, a visão dialética da liberdade, pois o ser humano, mesmo vivendo em dado contexto e sofrendo múltiplas interferências, por ser consciente ao tomar conhecimento dessas interferências pode agir sobre a sua realidade, ou seja, sua ação torna-se criadora e, portanto livre.

Aranha (2006) afirma que para considerar o indivíduo como sujeito social, é preciso compreender como se dá o processo de sua formação e o grupo que se insere.

Por ser sujeito, o indivíduo age de maneira pessoal e autônoma ao passo que, sendo social esse se constitui a partir do coletivo desse grupo, *“a liberdade não é, pois, uma dívida, mas uma tarefa de construção a partir da situação dada e de condições históricas concretas”*. (ARANHA, 2006, p. 175)

Portanto, a conquista da autonomia se torna uma tarefa árdua, uma vez que, o sujeito tem que superar seu próprio egoísmo e comodismo para que mais amadurecido seja capaz de enfrentar os conflitos que emergem do confronto dos valores.

De acordo com Vázquez (2002), o ser humano desde sua origem como ser social, buscou normatizar seus comportamentos e estabelecer normas e padrões aceitos pelo seu grupo, daí surge o comportamento efetivo-prático-moral, que dizem respeito às normas aceitas e tidas como naturais a todos pertencentes ao grupo.

Das normas e formas de comportamentos dos homens frente certos problemas, surgem juízos que aprovam e reprovam as ações e os caminhos escolhidos para a solução.

Posteriormente surge às reflexões sobre os comportamentos tidos como normais e desejáveis resultando na teoria reflexiva da moral, juntamente com o início do pensamento filosófico. A diferença entre moral e ética se dá pela generalidade da última, refere-se à reflexão crítica e ampla do comportamento moral. É a ética que regulamenta o comportamento moral tido como bom ou ruim, mas desta regulamentação surge uma problemática que diz respeito à essência deste comportamento moral, pois o indivíduo só poderá fazer suas escolhas conscientemente quando este for responsável pelos seus atos.

Para Vázquez (2002) a ideia de responsabilidade está diretamente articulada à ideia de liberdade, uma vez que, o sujeito só poderá ser responsabilizado por seus atos quando este tiver liberdade de escolha, tiver mais de uma opção e poder fazê-la.

2 FILOSOFIA, CONSTRUTIVISMO E EDUCAÇÃO

2.1 A filosofia na educação infantil

A educação infantil, quando ainda era uma educação informal, no seio da família, era indispensável, pois através dela que as crianças compreendiam e aprendiam os valores e uso das coisas, posterior, já formalizada, foi tida como a iniciação aos conhecimentos necessários a toda vida futura.

Nesta interação e convívio, a escola torna-se local próprio para a preparação para o bem viver, ou seja, é neste ambiente estimulador e flexivo que o sujeito poderá se conscientizar para a vida em grupo

De tal forma, a educação se torna importante no processo de formação do sujeito, uma vez que, o ser humano não nasce moral ele torna-se moral dependendo da educação que este recebe.

Historicamente, Oliveira (2007) afirma que a creche tem se apresentado como local de apenas cuidado e de substituição da família, já que as crianças só frequentam esta instituição porque os pais precisam de um local seguro para deixar seus filhos enquanto trabalham.

E a pré-escola em geral tem adotado uma concepção de ensino individualista e apartada do ambiente social, com atividades de pouco interesse as crianças, se configurando como antecipação ou preparação para o ingresso no ensino fundamental obrigatório.

De acordo com Oliveira (2007) para superar a concepção errônea da educação infantil na nossa sociedade é necessário primeiramente, ampliar e modificar a concepção de infância onde as crianças desta faixa etária, 0 a 6 anos, tem sido tratadas por muitos anos como seres sem voz, frágil e dependente.

No entanto, constam em Oliveira (2007) que estudos da psicologia e da psicolinguística têm apontado a fala infantil como instrumento, constituição e veiculação de significados. Decorrente de novos estudos e pesquisas, a infância ganha uma nova identidade. Ao passar a ser considerados seres de direito e necessidades as crianças começam a ter seu desenvolvimento assegurado.

Segundo Oliveira (2007, p.45):

Dessa forma, propomos que creches e pré-escolas busquem aproximar cultura, linguagem, cognição e afetividade como elementos constituintes do desenvolvimento humano e voltados para a construção da imaginação e da lógica, considerando que estas, assim como a sociabilidade, a afetividade e a criatividade, tem muitas raízes e gêneses.

Porém, não é o que acontece na grande maioria das instituições de educação infantil, estas dão ênfase ora nos cuidados físicos, ora nas questões pedagógicas, o educar.

Para Oliveira (2007) o que as Instituições de educação infantil deveriam ter como objetivo principal seria um espaço estimulador e seguro, capaz de atender as necessidades imediatas das crianças, além de dar condições de desenvolver-se cognitivamente, psicologicamente e fisicamente fazendo da instituição um espaço integrador e seguro para as crianças explorarem.

De acordo com Oliveira (2007, p.52) na Lei de Diretrizes e Base 9394/96 do artigo 29 consta que:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Assim, a proposta pedagógica para ser proporcionalizadora de desenvolvimento integral da criança, não poderá dar ênfase à um único foco, como o intelectual por exemplo, mas criar estratégias de ação conjunta e jamais deixar que esta seja espontânea, pois para alcançar as metas almejadas, a instituição deverá ter uma proposta seria e condizente com as necessidades da criança.

Para Oliveira (2007) a proposta pedagógica deverá priorizar e contemplar o desenvolvimento da imaginação, do raciocínio lógico e da linguagem como instrumentos básicos para a criança se apropriar de conhecimentos elaborados em seu meio social, interagindo com outro, explorando o lúdico e construindo sua autonomia.

Segundo Oliveira (2007, p.52) *“a educação para a cidadania inclui aprender a tomar a perspectiva do outro, ter consciência dos direitos e deveres próprios e alheios”*.

Sendo assim, é esta educação que fará da criança um ser apto para conviver em sociedade com as inúmeras diferenças que surgem na dialética relação humana, ser que será conhecedor de direitos e também deveres, capaz de manter um equilíbrio harmônico com ambos.

De acordo com Oliveira (2007) a história da Educação Infantil sempre foi marcada por ideias que muito expressavam as ideologias e forma de organização e estruturação da sociedade, uma vez que, o oferecimento desta modalidade de ensino historicamente foi tido como, assistencialista, de favor e de caridade.

Em diferentes épocas, a Educação Infantil assumiu uma estruturação e nomenclaturas diferentes. Em Oliveira (2007) consta que nas Sociedades Primitivas prevaleceu o uso de rede de parentesco ou de mães mercenárias, na Idade Antiga, a roda dos expostos e lares substitutos que se ampliou até a Idade Média e Moderna.

Contudo, afirma Oliveira (2007) que em todas as épocas prevaleceu à ideia de abandono, pobreza, culpa, favor e caridade impregnando na sociedade a concepção negativa da Educação Infantil fora do lar, tida por muitos como local de simples cuidado e proteção ao menor.

Oliveira (2007) cita que as mudanças ocorridas na sociedade levaram estudiosos a pensar e propor novas propostas pedagógicas para a Educação Infantil ao longo dos séculos e cada qual deu sua contribuição e modificou lentamente a concepção de infância.

2.2 O construtivismo

De acordo com Aranha (2006) as teorias construtivistas emergem da psicologia e das pesquisas linguísticas voltadas para o processo de aprendizagem da criança. A partir dessas pesquisas os representantes de tal teoria, defendem que o conhecimento não é inato e nem é só transmitido, não está só no sujeito e nem é dado apenas pelo objeto, mas se constitui e transforma a partir da interação entre ambos.

Aranha (2006) cita que de acordo com os teóricos construtivistas, a construção moral inicia bem cedo e acontece gradativamente. À medida que a criança se desenvolve intelectualmente, afetivamente e supera o egocentrismo, ela começa a perceber as regras, normas e valores que emergem na sociedade e através da abstração crítica poderá rever os valores herdados e estabelecer propostas de mudanças.

A aprendizagem da vida moral não é uma atividade automática de memorização e repetição, mas sim a apropriação e reflexão desses atos de direitos e deveres frente seu grupo social.

Jean Piaget apud (ARANHA, 2006) foi um dos responsáveis da existência das teorias construtivistas, usando os próprios filhos como fonte de pesquisa este elaborou a psicologia genética, que investiga a gênese do desenvolvimento cognitivo, dividido por ele em quatro estágios: sensório-motor, intuitivo ou simbólico, das operações concretas e o das operações formais ou hipotético-dedutivo.

Para Piaget apud (ARANHA, 2006) a passagem de um estágio para o outro se faz pelos mecanismos de organização e adaptação. Sendo estes dois aspectos complementares, visto que o primeiro é interno ao ciclo e a adaptação constitui o aspecto exterior.

Ao que se refere à adaptação, supõe os processos interligados, a assimilação e a acomodação. Através da assimilação a realidade é interpretada com ajuda de algum signo já existente na função cognitiva do indivíduo e a acomodação altera os significados desses signos já existentes.

As quatro funções são opostas, porém complementares entre si e a passagem de um estágio para o outro ocorrem a mais significativa para o biólogo, o equilíbrio e desequilíbrio das funções cognitivas.

Piaget (2007) afirma que conhecer significa inserir o objeto do conhecimento em determinado sistema de relações, partindo de uma ação executada sobre o

referido objeto. Tal processo envolve, portanto, a capacidade de organizar, estruturar, entender e posteriormente, com a aquisição da fala, explicar pensamentos e ações. Dessa forma, o desenvolvimento cognitivo vai-se aprimorando ativamente.

Para o autor, o papel do adulto e do professor são de extrema relevância, pois cabe a eles proporcionar experiências diversificadas e enriquecedoras, a fim de que as crianças possam fortalecer sua autoestima e desenvolver suas capacidades.

De acordo com Aranha (2006, p. 279): *“os quatros estágios representam o desenvolvimento da inteligência (da lógica), da afetividade e da consciência moral desde o nascimento até a adolescência”*.

A compreensão destes estágios pode facilitar e ajudar os trabalhos pedagógicos com as crianças, visto que o profissional saberá que estágio o aluno poderá melhor assimilar certa informação e acomodá-las, transformando-a em conhecimento.

No período sensório-motor as crianças adquirem a capacidade de administrar seus reflexos básicos por intermédio da percepção e dos movimentos de tudo que a cerca este é um período que antecede a linguagem.

Para Piaget (2007) o período pré – operatório se caracteriza pela capacidade de dominar a linguagem e a representação do mundo por meio dos símbolos, também chamada de inteligência simbólica.

A fase das operações concretas se caracteriza pela aquisição da noção de reversibilidade das ações e as crianças exercem a habilidade e capacidade a partir de objetos reais, concretos. Inicia-se a lógica dos pensamentos mentais e a habilidade de discriminar os objetos por similaridades e diferenças. As crianças podem dominar conceitos de tempo e números.

Finalizando, o período das operações formais representa a adolescência onde este já é capaz desenvolver suas próprias teorias, amplia suas relações sociais e desenvolve o raciocínio lógico e abstrato. Nesta fase o adolescente apresenta comportamento anti-social e afasta da família ao mesmo tempo que busca a construção de sua própria identidade questionando o mundo e a sociedade em sua volta.

Para Drouet (2006) a teoria de Jean Piaget adota um currículo que abrange todos os objetivos propostos pela pré-escola, visando promover o desenvolvimento integral da criança.

Através de objetos concretos e com significados para a criança que, as atividades são planejadas e desenvolvidas, cujo foco do trabalho é a promoção do desenvolvimento da criança para um estágio mais elevado.

Kohlberg (apud FREITAG,2001) de acordo com Piaget estabelece a teoria dos estágios de desenvolvimento da moral, na qual a moralidade infantil progride do nível pré-convencional para o convencional e se completa no nível pós-convencional, sendo que cada nível se desdobra em dois estágios. Cada estágio constitui numa totalidade, em si fechada e há uma hierarquia clara e definida entre os estágios.

- Nível pré-convencional: predomina a moralidade heterônoma (supremacia da autoridade) e o interesse de cada um;
- Nível convencional: expectativas interpessoais e a conformidade da ação com o grupo. Lealdade para com o sistema social vigente, reconhecendo-se inserida nesse sistema;
- Nível pós-convencional: consciência moral procura libertar-se da tutela do grupo, defendendo os direitos individuais de cada um no interior de um contrato social susceptível de reformulações e ascendendo a princípios éticos universais que se independem das pressões grupais ou coletivas.

A educação moral defendida por Kohlberg (apud FREITAG,2001) implica na defesa do direito de cada um de construir a sua consciência moral ascendendo de estágio em estágio, criando condições sociais e psicológicas para que os indivíduos procurem alcançar com esforço e convicção própria, o nível da moralidade pós-convencional. Admitindo que quanto mais elevada for à consciência moral dos indivíduos em uma sociedade, mais evoluída será esta sociedade.

A construção do conhecimento e da consciência moral vislumbra por tanto, um sujeito ativo que constrói na vida social sua aprendizagem e estabelece regras e valores que vão consolidando a moral e a ética na sociedade em que vive.

2.3 Sociedade, educação, escola

De acordo com Rios (2001) a organização da sociedade se dá pelo modelo de produção de bens materiais que ela desenvolve e das relações culturais daí

decorrentes. A cultura como meio de sustentação do modo de ser deste grupo deve ser transmitida e preservada.

A escola para Rios (2001) se constitui o espaço específico dessa transmissão sistemática da cultura acumulada, com o objetivo de formar os indivíduos na capacidade de agir na construção dessa sociedade, e como espaço de inserção aos valores e crenças dominantes.

Segundo Rios (2001, p. 35),

(...) ao me referir aos valores e crenças, já devo fazer referência à ideologia que está presente na sociedade, permeando as relações em todas as instituições, mas que encontra na escola um campo privilegiado para instalar-se, no bojo do saber a ser transmitido.

A ideologia caracteriza-se por dissimular a verdade e inculcar nas pessoas verdades e mentiras, sobre os princípios que servem para justificar diferenças sociais entre os sujeitos e pregar uma realidade desejada pela classe economicamente dominante.

Levando em conta que a escola é o espaço privilegiado da transmissão sistemática do saber e esta por sua vez, é local de divulgação efetiva das ideologias, é necessário refletir criticamente que de um lado acredita-se que a escola seja a alavanca de mudanças sociais e de outro, existe o pessimismo que atribui a ela apenas a reprodução dos valores.

Para Rios (2001) a escola esta inserida na sociedade e não pode ser considerada mera reprodutora de valores e da cultura e nem deve ser considerada autônoma absoluta na criação destes, mas deve manter uma relação dialética com o todo, assumindo uma postura muito mais contraditória que um papel definido, pois ao mesmo tempo em que esta faz manutenção dos valores e da cultura existente, também os transformam.

Porém, para que o sujeito possa agir livremente e ser responsabilizado por suas ações, estas deve ser conscientes, intencional e livre, entendendo a liberdade como articulação de limites e possibilidades que configuram o sentido autêntico das relações de poder.

Nesta perspectiva, apontamos para a ação do educador que deve ter consciência e objetividade em seu trabalho desenvolvendo uma percepção crítica do saber que possui e suas implicações.

Para que haja a ação política na instituição escolar são necessários fatores extremamente importantes e indispensáveis neste processo, como a reflexão crítica dos conteúdos e da ação do professor, ou seja, a competência, a responsabilidade e também a intencionalidade dos seus atos.

Em uma sociedade como a nossa aonde os interesses são antagônicos, sem dúvida que a intencionalidade com que o educador desenvolve seu trabalho afasta a possibilidade de uma suposta neutralidade nos seus atos, pois apesar do discurso oficial referir-se a um objetivo único da educação, o bem comum, o que o educador faz com o saber que possui é extremamente relevante, uma vez que, é daí que emergem os conflitos quanto a real competência do professor, como afirma Rios (2001, p.65):

É preciso pensar que o educador competente é um educador comprometido com a construção de uma sociedade justa, democrática, no qual o saber e poder tenham equivalência enquanto elementos de interferência no real e organizações de relações de solidariedade, e não de dominação, entre os homens.

A educação deve assumir a condição de realização pessoal e coletiva para ter sentido de existir, a reflexão de sua existência e importância devem fazer parte do dia-a-dia dos professores e dos alunos, pois só assim os conhecimentos que emergem dela serviram para a transformação dos sujeitos que nela atuam.

A atuação do professor no processo de aprendizagem é a de mediador entre aluno-conhecimento. À medida que ele sabe fazer bem o trabalho que lhe compete, insere o aluno no saber sistematizado e estabelece uma permanente reflexão crítica sobre esses códigos, pois na perspectiva ética o professor deve ter claro a dimensão do seu papel político na sua própria prática e a dimensão dessa prática na sociedade.

Para que a escola e o professor conscientizem os alunos do seu papel e sua responsabilidade social, para que no futuro tenhamos uma sociedade mais justa, democrática e verdadeiramente livre é necessário investir na escola, nos alunos e nos professores de hoje, pois começamos a escola do futuro no presente.

São verdades que são inúmeros os problemas encontrados nas escolas brasileiras, porém o que não se pode aceitar é a ideia de que nada podemos fazer para mudar tal realidade, referindo as ações de mudanças propostas como utopias, “o ideal é sim utópico, mas é preciso recuperar o sentido autêntico de utopia, que

significa na verdade, não algo impossível de ser realizado, mas algo ainda não realizado". (RIOS, 2001, p. 74)

Então, cabe ao educador juntamente com a escola, criar estratégias de ações sociais e políticas que viabilize mudanças emergentes e necessárias na educação.

Rios (2001) afirma que enquanto instituição oficial, a escola é o local privilegiado da transmissão dos saberes historicamente construídos e o professor neste contexto assume um papel de destaque, pois este deve ser competente o bastante para transmitir estes saberes.

2.4 O papel do professor na formação filosófica da criança

Ao se levar em consideração a importância que o professor tem na formação crítica e autônoma do aluno, este deve primeiramente ter nítido um comportamento profissional embasado pela ética onde a cada atitude sua frente aos educandos sejam conscientes e proporcionadora de aprendizagens, aprendizagens essas que devem ir além de conteúdos, mas que sejam aprendizagens capazes de transformar o homem em seres humanos conscientes e autônomos.

De acordo com Rios (2001), a formação profissional deve ter como objetivo primeiro a capacitação, política e filosófica, pois o saber fazer bem é condição primordial para que o educador de fato desempenhe sua função. Portanto, ter por objetivo a formação docente com perspectivas éticas é de suma importância ao se levar em consideração as reais contribuições que essa formação pode ter no processo de aprendizagem das crianças.

Como afirma Oliveira (2007), o professor da Educação Infantil tem o papel de destaque na formação da criança, visto que elas muitas vezes ficam o dia todo longe de seus pais e o professor passa a representar o papel não só de educador, mas de transmissor das representações e valores culturalmente definidos e incorporados a determinada sociedade.

Ao se ter por objetivo uma formação baseada em princípios humanos, é antes de tudo necessário ao profissional docente saber, investigar, discutir e refletir sobre as normas que constituíram tais princípios, reconhecendo seu caráter teórico. Ter clara e consciente a importância de cada ato e decisão sua frente aos problemas surgidos ao longo do desenvolvimento de seu trabalho, ou seja, ser um ser ético.

Ao voltar-se para o espaço de formação da criança e o papel do professor nessa formação como mediador, não só de conhecimentos, mais como provocador de mudanças na maneira de pensar de seus alunos, é necessário refletir a postura e o posicionamento destes profissionais, conscientes ou não de sua importância, haja vista que ele é um formador de opiniões e também de valores que irão transformar os já existentes ou criar novos, modificando toda uma maneira de pensar, viver e sentir de uma sociedade.

Para que essas contribuições possam ser positivas para a formação da criança, o educador, enquanto profissional e trabalhador numa determinada sociedade, tem de realizar o trabalho que lhe compete de forma competente.

A formação do professor competente deve de ser a de um intelectual atuante no processo de transformação de um sistema autoritário e repressivo, o rigor deve ser a exigência da sua prática pedagógica, pois só assim evita o espontaneísmo que dificulta uma ação transformadora na sociedade.

Para Rios (2001) para melhor compreender a competência do professor é preciso observar o significado de competência levando em conta as questões filosóficas. Referir-se a competência significa saber fazer bem. E fazer bem neste contexto significa desenvolver seu trabalho com dupla dimensão: técnica e política.

O saber fazer refere se ao domínio que o educador tem dos conteúdos e metodologia que irá aplicar, constituído aí o caráter técnico ao passo que a competência política do processo está em executar ambas, ou seja, saber fazer o que lhe compete enquanto educador e desenvolvê-lo bem de acordo com as necessidades definidas pelos homens de uma determinada sociedade.

Afirma Rios (2001) que, as articulações entre os dois polos da competência se tornam extremamente importantes para o processo educativo, uma vez que, assim sendo passa a existir um caráter ético no processo, pois o equilíbrio entre o saber fazer e o fazer bem exige uma reflexão crítica dos processos e do próprio papel do professor na sociedade.

A qualidade da educação tem sido prejudicada justamente pela falta de equilíbrio entre as duas dimensões, ora os educadores sabem desenvolver e articular conteúdo e metodologias, ora estes são críticos - reflexivos sobre estes conteúdos, as metodologias, sobre suas próprias ações e o seu papel enquanto educador.

A presença da ética na técnica e na política é um ponto relevante da competência do educador, pois é necessário evitar o moralismo e estar em alerta para

não reduzir a política à moral, e para que isso não aconteça é necessário resgatar o sentido autêntico da ética que ligada à filosofia da práxis, as ciências do social e discutindo os valores morais dominantes, contribui efetivamente no processo educacional.

Para Rios (2001), fazer bem o trabalho ao qual foi preparado é ir além do executar as funções de educador. É assumir compromisso com a sociedade e consigo mesmo, pois a ideia de compromisso e responsabilidade está articulada à ideia de liberdade e esta é ponto central da reflexão ética.

A formação do professor competente deve de ser a de um intelectual atuante no processo de transformação de um sistema autoritário e repressivo, o rigor deve ser a exigência da sua prática pedagógica, pois só assim evita o espontaneísmo que dificulta uma ação transformadora na sociedade.

Para que o indivíduo seja responsabilizado por suas ações estas devem ser conscientes e livres. É aí que a postura profissional ética reafirma sua importância, pois toda e qualquer ação do sujeito tem uma intenção e toda intenção tem uma razão de existir, logo esta permeada de valores, porém o teor delas podem ou não partir de um posicionamento profissional ético. E a educação se torna espaço conflitante dessas intenções, pois cada profissional tem interesses antagônicos quanto ao trabalho que irá desenvolver. No entanto, as intenções que devem ter todos os profissionais da educação devem ser de bem comum, ou seja, referir-se a um objeto único, a construção de uma sociedade justa, democrática e solidária.

Para afirmar a importância da Filosofia na educação, temos a Nova LDB N 9394/96, no artigo 35, inciso III que cita diretamente aos conteúdos indiretamente a disciplina de Filosofia: *“aprimoramento do educando como pessoa humana, formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”*. A valorização da Filosofia, também é reforçada no artigo 36 da LDB parágrafo 1º, inciso III: *“domínio dos conhecimentos de Filosofia e de sociologia necessários aos exercícios de cidadania”*

Para tanto, só uma formação pautada em princípios humanos éticos podem permitir esse acontecimento, haja vista que, a ética existe como reflexão crítica dos atos e valores historicamente construídos, valores estes que estão muitas vezes incumbidos de interesses que impedem o sujeito de ter participação em uma sociedade verdadeiramente justa e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da proposta a qual este trabalho foi realizado, foi possível perceber a importância e as contribuições da Filosofia na Educação Infantil e na sociedade.

Considerando que a atitude filosófica promove a conquista da autonomia no pensar e no agir, no intuito de obter uma maior compreensão sobre todas as coisas.

A filosofia não tem uma utilidade imediata e visível, porém o que precisamos compreender é a importância dela na vida das pessoas. Ela motiva o sujeito a elaborar perguntas e a questionar o mundo em direção a um progresso desejável da vida humana com virtude e ética, mesmo em meio a interesses capitalistas que impera entre os seres.

A importância da Filosofia na educação está em orientar os alunos para que estes não sejam submissos às ideias dominantes que vigora na sociedade, afim de que os alunos possam se encontrar como pessoas éticas, inseridas em uma sociedade que também pode ser transformada para o bem estar comum.

Percebe-se que, a filosofia vai além da reflexão dos valores sociais, ela considera-os dentro de uma crítica rigorosa, tornando a aprendizagem mais significativa, sendo estes valores aceitos por meio do questionamento, dentro de suas utilidades e finalidades e não pela imposição.

A Filosofia consiste em reconhecer que a verdade não pertence a uma só pessoa, mas que a verdade é uma busca constante e que pertence a todos. Não se constitui como saber, mas uma reflexão crítica sobre o saber e surgiu como instrumento intelectual e contra a aceitação e submissão de todas as coisas.

Por assim considerarmos apontamos para o fato de que a Filosofia se faz cada vez mais necessária na educação e em especial na educação infantil por ser o momento de início da formação intelectual e ampliação da vida social da criança, uma vez que a Filosofia possibilita o pensar crítico e reflexivo na educação estabelecendo os conceitos de virtude, moral e ética instrui e proporciona o respeito entre os sujeitos na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **Educação infantil**: prioridade imprescindível. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1994.
- _____. **Filosofia da educação**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARISTÓTELES. **A ética**. São Pulo: Edipro Binu, 1995.
- BRASIL, **LDB** n° 9.394/96, seção III do Ensino Médio, artigo 35 e 36, dezembro de 1996.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2004.
- DROUET, Ruth Caribe da Rocha. **Fundamentos da educação pré-escolar**. Ática: São Paulo, 1990.
- ERICH, From. **Análise do Homem**. Rio de Janeiro. Zabar. 1974.
- FREITAG, Bárbara. **O indivíduo em Formação**. 3 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- KUHLMANN JR., Mouses. Educação Jesuíta no Brasil Colonial. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes. VEIGA, Cristina Greice (orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Atlântica, 2003. pp. 43-59.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 3° ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. trad. Maria Alice Magalhaes de Amorim e Paulo Sergio Lima. 24ª. ed. Rio Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência**. Ed. Cortez. SP, 2001.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.